

A ALCA E PORTO RICO

Prof. Sérgio Augusto Pereira de Borja

Os EUA necessitam muito mais do que o *fast track* para negociarem o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio para as Américas a partir de 2005. Além de superarem o seu protecionismo referente aos produtos agropecuários e as sobretaxas, notadamente àquelas que se referem, como exemplo, ao suco de laranja, sapatos e produtos metalúrgicos, dando reciprocidade aos demais países latino-americanos, devem, antes de tudo, resolver a contento o seu relacionamento com Porto Rico.

Porto Rico, desde a guerra espanhola-americana de 1898, foi anexado aos Estados Unidos da América vindo a ocupar uma situação profundamente ambígua perante a federação americana.

O Senador portorriquenho Rubén Berríos Martínez, Presidente do Partido da Independência de Porto Rico, perante a Assembléia Legislativa de Porto Rico, em um artigo publicado na Foreign Affairs de novembro/dezembro, descreve historicamente toda a evolução da luta de independência portorriquenha, desde 1930 com o surgimento do herói Pedro Albizu Campos, fundador do partido de luta pela independência, até os dias de hoje, quando urge, conforme o seu entendimento, a descolonização de seu país, situado em uma ilha com uma população de mais ou menos 3.500.000 habitantes na região das Antilhas. Para êle não é possível nem o status de comunidade que exauriu o seu modelo, nem o status de estado da federação americana que conforme sua ótica, apresentará um modelo maquiado de uma nova forma de colonialismo disfarçado que esbarrará no veto americano consciente de que, uma representação latino-americana de dois senadores e seis deputados, que com sua cultura latina e falando espanhol, desequilibrariam a balança do poder dentro da própria federação americana, beneficiando a comunidade latina que já conta com um percentual étnico de mais ou menos 35% dentro dos EUA.

Em abril deste ano em Hartford, Connecticut, EUA, sob o patrocínio do Centro de Estudos Caribenho, do Centro Internacional de Educação e da Câmara de Comércio Hispânica de Connecticut, estabeleceu-se um grande debate sobre o status de Porto Rico contemplando a análise de três situações: a) Commonwealth (comunidade); b) Independência; ou c) condição de Estado. Alternaram-se nas conferências o senador portorriquenho Eduardo Bhatia do Partido Popular Democrático, Fernando Martín Garcia, Vice-Presidente do Partido de Independência de Porto Rico e a Dra. Miriam Ramirez de Ferrer, Presidente da Ação Cívica Portorriquenha. As conferências remarcaram o discurso proferido por Ruben Berríos Martínez perante a comunidade portorriquenha de Connecticut, uma das maiores dos EUA. Alguns dados demonstram que existem mais portorriquenhos nos EUA do que na ilha do Caribe.

Mas a problemática portorriquenha não envolve somente uma mera discussão étnica ou cultural que oscile entre a possibilidade da heterogeneidade do *melting pot* ou do multiculturalismo americano já desfrutado na *Big Apple*, ela vai além como demonstra o *affair* jurídico entre a EASTPAK CORP. empresa situada em Porto Rico e a empresa JANSPOUT, quando aquela, em carta aberta publicada em anúncio de página inteira no jornal El Nuevo Dia de 16.03.1998, homenageia Fernando Ferrer, Presidente do Distrito de Bronx, Nova York, por ter exigido uma desculpa pública aos preconceitos de origem manifestados pela sua adversária e concorrente, exigindo da mesma forma, através de chamado, um boicote àquela marca. Para quem não sabe a EASTPAK foi demandada pela sua competidora perante uma Côte na Europa em razão de fazer constar em seus produtos que estes eram "Made in USA", sendo que a mesma entendia que "estes não se fabricavam nos Estados Unidos, mas em Porto Rico, um país do terceiro mundo povoado por uma raça de índios criollos" (conforme consta no anúncio).

Conclui-se de tudo isto, sem abordar o problema cubano, que se os EUA pretendem com seriedade construir uma Comunidade Americana de Nações, seja através da ALCA ou de outra entidade qualquer, antes de tudo, por respeito a comunidade latino-americana de povos, não só os que se situam ao sul do Rio Grande, mas também por respeito a comunidade de povos latino-americanos dentro de suas fronteiras, devem fazer justiça a sua auto-imagem de defensores dos direitos humanos e aplicarem também para si mesmos o que vivem querendo aplicar aos outros. A partir deste momento, da implementação de uma atitude de reciprocidade com seriedade, estaríamos todos os povos latinos seguros da lealdade desta política diplomática que sepultaria para sempre sua atual e irônica hipocrisia como comprova o discurso democrático de Clinton no Chile, último baluarte da ditadura financiado pelo Tio Sam.

- Sérgio Borja, 48 anos
- Professor de Direito Constitucional, Teoria Geral do Estado e Ciência Política da Faculdade de Direito da PUC/RS e Professor de Instituições de Direito Privado e Comercial da Faculdade de Direito da UFRGS. tel: profissional 316. 35 55 - res.: 2 23 2610 - e-mail: borja@pro.via-rs.com

Publicado no Jornal do Comércio